

Trump 2.0 reforça importância da transição verde para o Brasil¹

Maurício Almeida Prado²
Pedro Schilling de Carvalho³
Fernando Barroso⁴

O retorno de Donald Trump à Casa Branca coloca em prática a primazia da força e do unilateralismo em detrimento da coordenação e do multilateralismo. O resultado imediato é a desregulamentação e fragmentação global. Em seu primeiro mandato, os cortes no orçamento da Environmental Protection Agency, o desmonte de normas ambientais e a saída do Acordo de Paris comprometeram sua liderança no cenário internacional. Esse espaço foi rapidamente ocupado por outras potências - a União Europeia, o Reino Unido e a China - que implementaram iniciativas regulatórias e financeiras significativas. No segundo mandato de Donald Trump, que promove uma radicalização em favor dos combustíveis fósseis, mais do que um vácuo na liderança internacional, cria-se uma força contrária à transição verde.

Para o Brasil, há diversas razões demonstrando a necessidade de reforçar os investimentos na transição climática, seja por questões estruturais, seja para capturar benefícios econômicos, sociais e políticos no curto prazo.

É importante analisar os movimentos estratégicos de outros países durante o primeiro mandato de Trump, pois fornecem um paralelo para entender as opções do Brasil. Iniciando pelo que ocorreu na União Europeia. Com o lançamento do EU Green Deal, o bloco não apenas estabeleceu objetivos internos, mas também criou padrões globais de sustentabilidade. Instrumentos como a Sustainable Finance Disclosure Regulation, a Corporate Sustainability Reporting Directive, a EU Taxonomy for Sustainable Activities e o EU Green Bond Standard foram reconhecidos como melhores práticas globais. Esses esforços resultaram em benefícios concretos: a redução do custo da energia elétrica, a aceleração da transição energética e um maior envolvimento do setor privado no financiamento de projetos.

O Reino Unido focou em integrar esforços públicos e privados. Foi a primeira grande economia a adotar uma legislação de emissões líquidas zero e a Green Finance Strategy, que direciona recursos financeiros para apoiar a transição climática. Com a contribuição do setor privado, a Transition Plan Taskforce (TPT) estruturou planos de transição climática padronizados e confiáveis, aumentando segurança jurídica e

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/trump-2-0-reforca-importancia-da-transicao-verde-para-o-brasil.ghtml>

Acessado em 07.02.2025

² Pesquisador visitante da University College London, doutor e mestre pela Université Paris Nanterre.

³ Professor doutor da University College London, doutor e mestre pela University of Cambridge.

⁴ Mestre pela Università di Camerino e bacharel em direito pela Universidade de São Paulo.

incentivando investimentos.

A China consolidou sua liderança no financiamento verde ao criar seu mercado nacional de carbono e, de forma pioneira, lançar os China Green Bond Principles. Nos últimos anos, largamente liderou a emissão de títulos verdes no cenário internacional. Também domina mais de 90% dos segmentos-chave da cadeia de fornecimento de energia solar e instalou mais painéis solares do que o restante do mundo somado. Essa prioridade ambiental impulsionou o crescimento econômico, com expansão em setores como energia solar, veículos elétricos e armazenamento de energia.

Neste início de segundo mandato de Trump, a União Europeia parece hesitar se continua ou muda de rota. Sob a justificativa de reduzir custos e aumentar a competitividade, está adotando linha mais moderada. Exemplos concretos são a postergação da European Regulation on Deforestation-free Products e da discussão sobre uma Lei Omnibus para combinar instrumentos do EU Green Deal.

Focando no Brasil, constatamos que não há outro caminho senão impulsionar sua transição para uma economia verde. Basta constatar que o agronegócio, setor fundamental do PIB brasileiro, é altamente vulnerável a eventos climáticos imprevisíveis e radicais. A matriz elétrica brasileira, amplamente hidroelétrica, também tem grande vulnerabilidade a mudanças climáticas intensas. A falta prolongada de chuvas, por exemplo, impacta substancialmente os preços e a hígidez do sistema.

Logo, o aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos impacta substancialmente nossa economia e sociedade. Se o país não tomar ações para prevenir e mitigar seus efeitos, especialmente enquanto outros hesitam, estará colocando em risco seu desenvolvimento econômico e social. Fortalecer a capacidade e expandir o uso de fontes de energia renovável não apenas mitiga esses riscos, mas também reduz e estabiliza os custos da energia e auxilia na descarbonização dos setores de uso final como o transporte e a indústria.

Há, também, razões positivas. Em matéria de investimento, o Brasil está se consolidando como um dos principais destinos globais, com potencial de atrair cerca de R\$ 275 bilhões até 2034. Para fortalecer sua atratividade, o país lançou o programa Ecoinvest, que totalizou R\$ 45 bilhões em seu primeiro leilão, além de estar prestes a introduzir a Taxonomia Sustentável Brasileira, para oferecer maior transparência aos investimentos verdes. A regulamentação de determinados mercados constitui uma importante vantagem competitiva, especialmente quando outros países concorrentes neste segmento, como a Argentina de Milei, se distanciam de tais mercados.

Quanto aos projetos de crédito de carbono, o Brasil é considerado um dos países com maior potencial de venda nos mercados internacionais, especialmente por meio de soluções baseadas na natureza, como REDD+ e restauração florestal, além de bioenergia e energias renováveis. A recente Lei 15.042/24, que organiza o sistema brasileiro de comércio de emissões (SBCE), tem grande potencial neste contexto.

No campo diplomático, o Brasil é um líder regional e internacional nas pautas climáticas. Recentemente, desempenhou papel fundamental na cúpula do G20, fazendo com que temas relevantes se deslocassem da COP29, em Baku, para o centro das discussões no Rio de Janeiro. Como presidente da cúpula, liderou negociações que reforçaram o compromisso assumido em Dubai, de triplicar a capacidade de energias renováveis e dobrar a eficiência energética global até 2030. Ao sediar a COP30, o Brasil tem, novamente, uma oportunidade de solidificar sua liderança neste setor, que, queira Trump ou não, continuará sendo tema fundamental na agenda internacional.

O retorno de Donald Trump ao poder aumenta os litígios e a fragmentação da regulação, mas também cria oportunidades. Com políticas estruturais, investimentos estratégicos e estabilidade regulatória, o Brasil pode atrair capital estrangeiro, impulsionar sua economia e desempenhar um papel central na transição verde internacional. O Brasil se vê diante da necessidade e da oportunidade, há consciência social e política, recursos e rotas claras, é hora da ação.

